

## Antropoceno e Humanidades

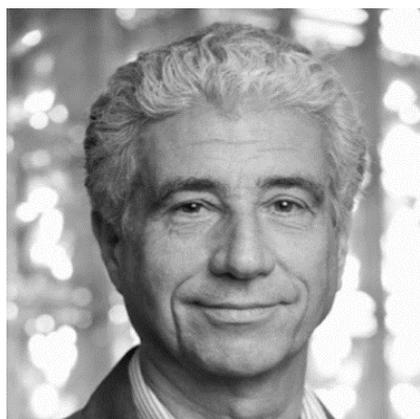
 <https://doi.org/10.21814/anthropocénica.4203>

### José Eli da Veiga

Nascido em 1948, São Paulo, Brasil. Agrônomo e economista. É professor titular (aposentado) do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). Últimos livros publicados: *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra* (2019); *Amor à ciência - Ensaio sobre o materialismo darwiniano* (2017); *Para entender o desenvolvimento sustentável*. (2015).

Correio eletrônico: [zeeli@usp.br](mailto:zeeli@usp.br)

Página na Internet: <http://www.zeeli.pro.br>



### Resumo

A ideia do Antropoceno como nova Época geológica surgiu vinculada ao modelo geopistémico da Ciência do Sistema Terrestre, emergente na segunda metade da década de 1980, e foi pacificamente adotada no âmbito da comunidade de pesquisa da Ciência da Sustentabilidade. Todavia, no domínio da Ecologia Política, as suas figuras mais proeminentes enjeitaram-na, numa reação idêntica à tida por vários destacados académicos das Humanidades, propondo, ambos, em convergência, periodizações e nomenclaturas alternativas. O propósito deste artigo é, pois, triplo: examinar como é que a corrente da Ecologia Política reagiu à adesão conjunta da Ciência do Sistema Terrestre e da Ciência da Sustentabilidade à ideia do Antropoceno; analisar como é que académicos das Humanidades se distanciaram dessa proposta e alviraram, alternativamente, conceitos de conotação menos neutral (e.g., “Capitaloceno”); ponderar criticamente como é que se pode abandonar, no plano ontológico, a velha separação natureza/cultura, implicada na ideia do Antropoceno, conservando, ao mesmo tempo, no plano lógico, a indissolúvel distinção entre o natural e o social.

### Palavras-chave

Antropoceno; Humanidades; Ecologia Política; Ciência do Sistema Terrestre; Ciência da Sustentabilidade

### Abstract

The idea of the Anthropocene as a new geological Epoch appeared linked to the geopistemic model of Earth System Science, which emerged in the second half of the 1980s, and was peacefully adopted within the Sustainability Science research community. However, in the field of Political Ecology, its most prominent figures rejected it, in a reaction similar to that of several distinguished scholars of the Humanities, proposing both, in convergence, periodizations and alternative nomenclatures. The objective of this article is, therefore, threefold: to examine how the current of Political Ecology reacted to the joint adhesion of Earth System Science and Sustainability Science to the idea of the Anthropocene; to analyze how academics from the Humanities distanced themselves from this proposal and, alternatively, suggested concepts with a less neutral connotation (eg, “Capitalocene”); critically consider how it is possible to abandon, at the ontological

level, the old separation between nature and culture, implicit in the idea of the Anthropocene, while preserving, at the logical level, the indissoluble distinction between the natural and the social .

**Keywords**

Anthropodene; Humanities; Political Ecology; Earth System Science; Sustainability Science

São três as articulações de pesquisadores para as quais se tornou incontornável a constatação de que a Terra está em novíssima etapa de sua história. Três comunidades definidas pela adesão a propostas transdisciplinares, com explícitas pretensões de renovação ontológica: a Ciência do Sistema Terra (CST), a Ciência da Sustentabilidade (CS) e a Ecologia Política (EP).

Foi no âmbito da primeira dessas plataformas – a CST – que emergiu, há duas décadas, a noção de Antropoceno como nova Época geológica, adotada, sem dificuldades, pela segunda (CS).<sup>1</sup> Examinar como a terceira corrente (EP) reagiu ao movimento conceitual das duas outras foi a ideia inicial para este ensaio, continuação de duas investigações anteriores: livro de 2019 e *paper* de 2021.

Porém, logo ficou evidente que boa parte dos expoentes da EP desdenha, ou simplesmente descarta, a ideia de Antropoceno. Ao mesmo tempo, vários pesquisadores das Humanidades, que não se dizem parte da EP, investiram em tal discussão, propondo outras periodizações e, até, outras opções conceituais.

Por isto, este trabalho só começa com a ilustração do impacto da noção de Antropoceno sobre a EP, voltando-se logo às reflexões de outros pesquisadores das Humanidades sobre a mesma questão, com destaque para os que propuseram a alternativa de um “Capitaloceno”.

Também não demorou para que se percebesse que existe um sério “dilema” entre a necessidade de se superar a velha separação natureza/cultura e a inevitabilidade de se manter a distinção analítica entre o natural e o social. Por isto, o entendimento de tal “dilema” passou a ser o eixo deste ensaio.

## **1. Como a EP reage à ideia de um Antropoceno?**

Têm sido bem diversas as respostas a tal pergunta, sem que se possa estabelecer, por enquanto, qual seria a mais relevante. Tome-se, como amostra, quatro notáveis fontes do período 2015-2022.

---

<sup>1</sup> Desde setembro de 2021, um notável grupo de pesquisadores da CST (Bauer et al., 2021; Gibbard et al., 2021, 2022) vem propondo uma troca semântica que, segundo eles, poderia facilitar os debates sobre o tema: considerar o Antropoceno um “Evento” geológico, em vez de uma “Época” geológica. Caso tal proposta tenha chance de vir a ser considerada, em nada alterará as considerações apresentadas neste ensaio.

No manual ("*handbook*") temático da editora Routledge, organizado por três geógrafos (Perreault, Bridge e McCarthy, 2015), apenas um, dos mais de cinquenta autores (o também geógrafo Bruce Braun), chegou a dar alguma importância à noção de Antropoceno, sem, no entanto, ir além de platitudes. Praticamente o mesmo pode ser dito do verbete redigido, cinco anos depois, pelo antropólogo Jason Roberts, para a Enciclopédia de Antropologia de Cambridge. Trata o Antropoceno como chavão ("*buzzword*") acadêmico.

Ainda pior foi o tratamento da ideia de Antropoceno nas 459 páginas do recente livro do economista e sociólogo mexicano Enrique Leff, intitulado *Political Ecology* (2021). Comete o crasso erro de qualificar de "nova era" a proposta de nova Época geológica. Pior, para ele, ela já teria uns 200 mil anos, no mínimo. A única alusão ao assunto está em nota no rodapé da página 21:

O Antropoceno é o nome proposto para uma nova era que data do início do significativo impacto humano na geologia e nos ecossistemas da Terra. Pode-se dizer que a era Antropoceno se iniciou quando a ordem simbólica que constituía os seres humanos afetou, mesmo que em pequena escala, o metabolismo dos ecossistemas locais e territórios de vida e iniciou a co-evolução da Natureza e cultura no planeta.<sup>2</sup>

A exceção está numa quarta e mais recente fonte. Partindo em direção diametralmente oposta, afirma que o próprio futuro da EP dependeria, justamente, da construção de "uma política do Antropoceno". O cientista político francês Bruno Villalba (2022) entende o Antropoceno exatamente na linha conceitual proposta pela CST e aceita pela CS. Só que, para ele, a EP seria bem mais do que uma terceira área do conhecimento, ou plataforma científica. Para Villalba, a EP é o quinto grande discurso sobre a modernidade, depois do liberalismo, do anarquismo, do comunismo e do socialismo. Proporia uma nova relação entre o projeto emancipador do individualismo e a capacidade de resposta da Terra.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser estranho que nenhuma dessas quatro fontes atribua qualquer importância ao surgimento de outras opções, em especial da concorrente expressão "Capitaloceno". Afinal, ela surgiu como clara rejeição à proposta de se convencionar o Antropoceno, que havia sido feita por pesquisadores do "sistema Terra". Desde que ganhou visibilidade internacional – a partir de 2014 – tal trocadilho tem sido usado para enfatizar que os crescentes estragos ecossistêmicos não devem ser atribuídos à espécie humana, mas, sim, ao capitalismo.

---

<sup>2</sup> «The Anthropocene is the proposed name of a new era dating from the commencement of significant human impact on the Earth's geology and ecosystems. It can be argued that the Anthropocene era was initiated when the symbolic order that constituted human beings affected, even at a small scale, the metabolism of local ecosystems and life territories and started the co-evolution of Nature and culture on the planet».

Desnecessário dizer que tal protesto partiu de pesquisadores das Humanidades, escandalizados ao notar que uma boa parte de seus pares estaria engolindo o que lhes soava como abusiva imposição da cronologia das geociências. Aparentemente, um caso típico de desencontro entre as “duas culturas”.<sup>3</sup>

## **2. Como as Humanidades reagiram à ideia de um Antropoceno?**

A rigor, as Humanidades demoraram para dar atenção à proposta de Antropoceno como nova época geológica, com a louvável exceção, é claro, de pesquisadores da história das ciências dedicados a temas ambientais. O influente John Robert McNeill foi um dos intelectuais que logo se envolveram em discussões com os pesquisadores da Ciência do Sistema Terra, principalmente as que os levaram a concluir que o início da nova Época não teria sido determinado pela emergência das energias fósseis (McNeill & Engelke, 2014).

Outros fizeram o mesmo, embora não tenham obtido tanta visibilidade, ou reconhecimento. Com destaque para duas historiadoras - Libby Robin (v. Robin & Steffen, 2007) e Julia Adeney Thomas (Thomas, 2014) – e para expoentes do movimento por uma “Big History”, que mais tarde criariam a International Big History Association (IBHA). Especialmente a dupla formada pelo holandês Fred Spier e pelo - hoje célebre - David Christian.

Porém, o ensaio que, com certeza, mais contribuiu para que outras áreas das Humanidades saíssem da letargia e começassem a dar atenção à proposta de nova Época, veio de um outro historiador. Embora o termo Antropoceno nem estivesse no título, foi decisiva a formulação de quatro teses sobre a história do clima, por Dipesh Chakrabarty, em 2009. A terceira teve forte impacto junto aos cientistas sociais:

Tese 3: A hipótese geológica a respeito do Antropoceno exige que coloquemos as histórias globais do capital em diálogo com a história da espécie humana.

Só que a repercussão ainda demoraria anos para produzir efeitos. Chega a ser inacreditável, por exemplo, que o célebre sociólogo Ulrich Beck (1944-2015) nem tenha mencionado o Antropoceno em obra intitulada *World at Risk*, de 2009. Ao contrário do midiático economista Jeffrey Sachs, por exemplo, que, um ano antes, havia dedicado à questão um dos capítulos do livro *A Riqueza de Todos*.

Foi somente no meio da década seguinte que pesquisadores das Humanidades começaram a responder à exigência de diálogo – destacada por

---

<sup>3</sup> Tão bem caracterizadas, desde 1959, na célebre conferência do físico molecular e romancista britânico C. P. Snow (1905-1980). Ver referências bibliográficas. Este vídeo também poderá ajudar: <https://www.youtube.com/watch?v=XuRpZybErLU&t=955s>

Chakrabarty (2009) - entre a história "da espécie humana" e as histórias "globais do capital".

No ano de 2013, despontaram três marcantes contribuições "parisienses".

Em fevereiro, o antropólogo, sociólogo e filósofo das ciências Bruno Latour havia consagrado ao Antropoceno uma de suas oito conferências Gifford, em Edimburgo.<sup>4</sup> Nela, apresentou a nova Época como excelente ponto de referência, pois o nome deste período geo-histórico poderia se tornar o mais relevante conceito para afastar, para sempre, as noções de "moderno" e "modernidade" (Latour, 2020, p.115).

Em outubro, dois jovens historiadores das ciências e do ambiente - Christophe Bonneuil e Jean-Baptiste Fressoz – publicaram detalhado esforço de desconstrução de tão relevante "conceito" que, para eles, havia cancelado o "pacífico e reconfortante" projeto do desenvolvimento sustentável (v. Bonneuil & Fressoz, 2016; 2016a).

Finalmente, entre os dias 13 e 15 de novembro, dois eventos intitulados "Pensando o Antropoceno" juntaram – nas sedes da Sciences Po e da Unesco – a nata mundial dos pesquisadores propensos a reagir à "exigência" mencionada na terceira tese de Chakrabarty.

Foram estes três eventos que geraram a melhor referência sobre o despertar das Humanidades para a proposta da nova Época: a coletânea organizada por Hamilton, Bonneuil e Gemenne (2015). Vale lembrar, quinze anos depois formulação original de Crutzen, no encontro do IGBP de Cuernavaca.

A introdução não deixa de ressaltar que, assim mesmo, ainda era muito recente o diálogo dos pesquisadores das Humanidades com os cientistas naturais que haviam lançado a proposta do Antropoceno. Mas que tal interesse estaria crescendo bastante, principalmente pelo caráter inovador de uma reflexão conjunta sobre quatro processos: o da Terra, o da vida, o do "empreendimento humano" e do "tempo".<sup>5</sup>

No entanto, mesmo recente, tal diálogo entre os grandes hemisférios das ciências teria resultado, até ali, em dois fortes argumentos (ou "afirmações poderosas"), além de quatro "narrativas" e três definições de Antropoceno. As variantes definidoras seriam: a geológica, a da CST, e uma mais nova, bem mais abrangente, voltada ao "impacto cumulativo da civilização". Além da narrativa dominante – "naturalista" - teriam surgido três outras: a "pós-natureza", a "eco-catastrofista" e a "eco-marxista".

---

<sup>4</sup> Em 2015, elas foram "reescritas", em francês, e publicadas em livro cujo título destacou a hipótese Gaia, tendo, por subtítulo, "o novo regime climático". Ambos mantidos na tradução inglesa, de 2017, mas não na brasileira, de 2020, com o subtítulo "oito conferências sobre a natureza no Antropoceno".

<sup>5</sup> Bem diferente do que foi entendido, em Veiga (2019, p. 118), como "quatro dinâmicas coevolutivas", das quais as duas últimas seriam a "natureza humana" e o "processo civilizador".

Ainda mais relevante que os três citados eventos de 2013, parece ter sido o colóquio, também parisiense, no Collège de France, em novembro de 2015, às vésperas do histórico “Acordo de Paris” sobre o clima. A decorrente coletânea, publicada três anos depois (Beau & Larrère, 2018), oferece excelente panorama das várias reações que a proposta do Antropoceno provocou entre os pesquisadores das Humanidades. Nada parece ter ficado fora das contribuições de seus exímios 37 autores.

### **3. Nova condição humana**

A simples ideia de nova Época, chamada de Antropoceno, postula que os humanos se tornaram uma força telúrica, mudando o funcionamento da Terra tanto quanto o vulcanismo, a tectônica, as flutuações cíclicas da atividade solar ou mudanças nos movimentos orbitais da Terra em torno do Sol.

Qualquer que seja a data escolhida para o início de tal sequestro humano da trajetória da Terra, reconhecer o Antropoceno significa que a história natural e a história humana, tidas, desde o início do século XIX, como independentes e incomensuráveis, passam agora a ser pensadas como uma única e mesma geohistória, com o acréscimo desta nova força telúrica dominante. O que parece sugerir o fim daquela natureza vista como mero pano de fundo externo para o drama da história humana. Assim como o fim de grilhões somente sociais para a compreensão da sociedade moderna.

Até há pouco, as ciências sociais retratavam a sociedade como se estivesse acima dos ciclos materiais e de energia e livre da finitude e do metabolismo da Terra. Agora precisam voltar à Terra. Sua compreensão da economia e dos mercados, da cultura e da sociedade, da história e dos regimes políticos, precisa ser rematerializada.

No Antropoceno, as ordens sociais, culturais e políticas se entrelaçam e coevoluem com as ordens tecno-naturais da própria matéria e do metabolismo do fluxo de energia em nível global. O que exige novos conceitos e métodos nas ciências humanas.

Os habitantes humanos deste planeta enfrentarão, em lapso de apenas algumas décadas, mudanças ambientais globais em escala e velocidade sem precedentes. Além disto, o surgimento do Antropoceno leva naturalmente à questão do que estaria além dele. As dúvidas não são apenas sobre seu ponto de partida, muito debatido. É necessário realçar que a ideia de seu término também levanta, ao menos, uma questão crucial: que tipo de época, ou era geológica, poderá suceder o Antropoceno?

Haverá um estado Antropoceno permanente do planeta, com humanos dirigindo e projetando tudo? Ou uma época em que as atividades humanas e a Terra alcançariam um novo equilíbrio, de modo que os humanos não mais

fossem os principais agentes de mudança? Ou mesmo, uma época em que os humanos simplesmente não estariam mais presentes?

Alcançar vida digna para todos os humanos, em uma Terra finita e desorganizada, tornou-se a questão principal de nosso tempo. Isto constituirá uma nova condição humana. Nada poderia exigir mais insistentemente novas pesquisas em ciências sociais, pois, o ser humano, que se encontra nesta era incerta e radicalmente nova, é um conjunto de sistemas sociais, instituições e representações.

O advento do Antropoceno desafia fronteiras estabelecidas entre natureza e cultura, entre clima e política, entre ciências naturais e ciências sociais e humanas.

Trata-se de algo bem mais profundo do que o apelo à interdisciplinaridade, em torno de objetos híbridos "socioecológicos". Fica cada vez mais difícil entender a concepção do mundo natural sobre a qual a sociologia, a ciência política, a história, o direito, a economia e a filosofia se acostumaram por dois séculos: a de uma reserva inerte de recursos, um indiferente cenário ao drama das coisas humanas.

Parecem estar desmoronando as concepções exclusivamente sociais de autonomia, agência, liberdade e reflexividade, que têm sido os pilares da modernidade desde o século XIX. Pedem para ser repensadas: a ideia do humano, do contrato social, e do que são a natureza, a história, a sociedade e a política. Em suma, todas as ideias essenciais sobre as quais tais disciplinas foram construídas.

Revelada pelo Antropoceno, tão grave colisão das temporalidades humanas e terrestres é um teste para os limites estabelecidos do conhecimento. Neste sentido, pode ser muito interessante refletir sobre as dez perguntas que substituíram a conclusão de um livro que se propôs a examinar o desafio do Antropoceno às Ciências Sociais", sob o título de "Pensamento Social Planetário". Enfaticamente elogiado, na contra-capa, pela antropóloga Marisol de la Cadena, da Universidade da Califórnia (Davis), por "não ter medo de animismos" (Clark & Szerszynski, 2021).

#### **4. Natureza e cultura**

Invocando tal convergência de temporalidades e processos naturais e humanos, alguns cientistas sociais e filósofos saudaram o Antropoceno como o fim da dicotomia Natureza/Cultura.

Quer dizer que a natureza está morta e que tudo sob o sol seria um conjunto híbrido Terra-sociedade, um ciborgue tecno-natural? Será esta perspectiva que prevalece atualmente, nas ciências sociais dominadas pelo

pensamento pós-moderno, construtivista e em rede, uma ruptura com a modernidade?

Ou será, antes, sintoma de um novo espírito do capitalismo, em que ontologias mudaram de entidades para relações? Será que este novo espírito da modernidade obscurece e ignora os limites naturais e as fronteiras do nosso planeta? Nem tanto por externalização da natureza, como costumava ser (a velha fronteira Natureza/Cultura), mas por internalização, digestão ou diluição de natureza em tecnologia e no mercado (nova rede híbrida “NatCult”)?

Claro, é possível defender o peso e a alteridade da natureza, contra a tentativa de abandoná-los em a uma nova fusão. Não pode haver relação pacífica sem reconhecimento da alteridade da natureza.

Na mesma linha, a linguagem do Antropoceno, que mescla ciência e política sem esforço, não poderia abrir caminho para a geoengenharia? O fim de uma divisão ontológica Natureza/Cultura também não seria terreno fértil e problemático para os historiadores?

Um novo trabalho interdisciplinar com cientistas naturais, com uma história profunda de fertilização cruzada com a história global e a história ambiental, exige uma integração dos metabolismos socioecológicos na compreensão da mudança e continuidade na ordem social, no governo e na cultura.

Mas os historiadores também podem questionar, com estudos empíricos, algumas das suposições históricas de cientistas naturais e sociais apresentadas nos enunciados sobre o Antropoceno. Uma delas é a ideia de que os modernos, tendo externalizado a Natureza, foram cegos aos impactos ambientais/geológicos do modo de desenvolvimento industrial.

Na mesma toada, o caminho industrial seguido pelos países centrais não poderia ter vingado sem desigual e sistemático intercâmbio ecológico com regiões dominadas/periféricas do “sistema mundial”. Não foi outra a constatação que gerou o debate Capitaloceno/Antropoceno entre os cientistas sociais mais alertas para as questões ecológicas em âmbito global.

É importante destacar que foi simultânea à emergência da ideia de Antropoceno, a reflexão do distinto antropólogo Philippe Descola sobre a necessidade de se ultrapassar a dominante separação entre “natureza” e “cultura”, ou “sociedade” (Descola, 2005; 2011). Algo que, infelizmente, costuma aparecer demasiadamente amalgamado às ideias de seu colega Bruno Latour, muito mais voltadas ao fim da separação entre “ciência” e “política” (de Vries, 2016, 2018). Ou, pior, às quase esotéricas peripécias especulativas das antropólogas californianas Donna Haraway (2016; 2016a), Anna Tsing (2015) e Marisol de la Cadena (de la Cadena & Blaser, 2018). Todavia, em vez de entrar, aqui, em tão intrincada discussão “filosófica”, certamente será mais produtivo examinar os antecedentes da ideia de Capitaloceno.

## 5. A emergência do Capitaloceno

Uma maneira interessante de atentar para tal fenômeno é acompanhar a trajetória de um pesquisador que teve importantíssimo papel em tal evolução, embora tenha obtido bem menos reconhecimento, prestígio, visibilidade e influência do que outros participantes: o antropólogo sueco Alf Hornborg.

Na primeira década deste século, quando a proposta de Antropoceno mal começara a merecer a atenção da comunidade científica, foi ele um dos mais empenhados construtores de pontes entre as Humanidades e a ecologia global. Desde 2003, havia levado seu departamento - de ecologia humana na universidade de Lund - a promover a conferência *World-System History and Global Environmental Change*, realizada entre os dias 19 e 22 de setembro.

As duas resultantes coletâneas podem ser consideradas marcos históricos: *The World-System and the Earth-System: global socioenvironmental change and sustainability since the Neolithic* (Hornborg e Crumley, 2006) e *Rethinking Environmental History: World-System History and Global Environmental Change* (Hornborg; McNeill; Martinez-Alier, 2007).

Nota-se, nos dois títulos, a importância atribuída por Hornborg à expressão "sistema-mundo", ideia central de uma teoria interdisciplinar das ciências sociais, que muito se desenvolveu sob o protagonismo intelectual do sociólogo nova-iorquino Immanuel Wallerstein (1930-2019). Porém, muito mais do que refletirem tal passado, as duas obras coletivas traziam fortes presságios de desenvolvimentos teóricos sobre a relação mundo/Terra, que, mais tarde, fizeram emergir a expressão Capitaloceno.

Das muitas publicações posteriores de Hornborg, a que – de longe – teve maior influência foi um curto artigo, publicado em janeiro de 2014, em parceria com seu então jovem discípulo Andreas Malm. Na primeira edição do periódico *The Anthropocene Review*, a dupla propôs mordaz crítica à "narrativa" antropocênica, com sarcástica pergunta sobre "a geologia da humanidade".

Embora tenha sido tal artigo a pedra angular dos debates sobre a noção Capitaloceno, vários depoimentos atestam que, cinco anos antes, a expressão já havia sido lançada, em seminário acadêmico, em Lund, pelo então estudante Andreas Malm. Na primavera de 2009, em diálogo com o então jovem professor visitante (*lecturer*) estadunidense Jason W. Moore (Hornborg 2015, 2016, 2019; Moore 2016).

O facto não teria a menor relevância se, de lá para cá, a controvérsia sobre o Capitaloceno não tivesse sido dominada por duas visões extremas, justamente a de Moore versus a de Malm/Hornborg. O que poderia ser classificado, em princípio, como uma divergência interna do chamado eco-marxismo. Mas que, na realidade, tende a esconder um choque, bem mais caudaloso, entre novas manifestações de duas antigas tradições filosóficas.

Em princípio, a divergência entre Moore e a dupla sueca seria interna à tradição materialista, pois decorrente de duas visões sobre o desenvolvimento capitalista, que não poderiam ser tachadas de idealistas. Porém, para Alf Hornborg, posteriores reflexões de Jason W. Moore o teriam levado ao idealismo. Observação que exige um exame do que ambos andaram publicando entre 2014 e 2019.

O ponto de partida só pode ser o influente artigo da dupla sueca. Mas, por incrível que pareça, só menciona o termo Capitaloceno em nota de rodapé, ao lado de outras duas denominações que também pareceram aceitáveis aos autores: Technoceno e Econoceno.

A rigor, o argumento central da dupla está bem sintetizado no resumo proposto:

A narrativa do Antropoceno retrata a humanidade como uma espécie ascendendo ao poder sobre o resto do Sistema Terra. (...) Mas a economia fóssil não foi criada, nem é mantida, pela humanidade em geral. A presente intervenção questiona o uso da categoria 'espécie' na narrativa do Antropoceno e argumenta que é analiticamente errada (...). Desigualdades intra-espécies são parte medular da crise ecológica atual e não podem ser ignoradas na tentativa de entendê-la (Malm & Hornborg, 2014, p. 62. Grifos do autor, JEV, grifos meus).

Porém, a ideia fica mais clara em trabalhos que Malm publicou a partir de sua tese de doutorado, como em artigo de 2013 na revista *Historical Materialism* e, principalmente, em livro de 2015, que traz, desde o título, a ideia de capitalismo fóssil.

Mesmo que não possa haver consenso, diz Malm, a designação mais cientificamente precisa seria "o Capitaloceno". Pois esta é a geologia não da humanidade, mas da acumulação de capital. O tempo geológico se articula em novo todo, determinado em última instância pela idade do capital.

Ora, se o critério for a "acumulação", ou a "idade" do capital, por que atribuir o início do Capitaloceno à emergência do capital fóssil, com as inovações de James Watt, em 1765, ou mesmo de Thomas Newcomen, em 1698? Dúvida que, obviamente, não escapou ao então coordenador da rede de pesquisa "World-Ecology", o oponente Jason W. Moore, historiador e economista político do departamento de sociologia da Binghamton University.

No sétimo capítulo de seu livro de 2015, intitulado "*Antropoceno ou Capitaloceno? Sobre a natureza e as origens de nossa crise ecológica*", não moderou suas palavras em crítica a Malm:

Even for those on the left who favor a class-relational approach, a certain fossil-fuel fetishism appears, as when Malm proposes coal as the spark that ignites the engine of capital. "Capital," in these accounts, forms independently of the web of life, and intervenes in "nature" as an exogenous force (or vice versa), variously intruding in,

and interrupting, a pre-given "traditional balance between humanity and nature. (Moore, 2015: p. 179; grifos meus)<sup>6</sup>.

Para Moore, pareceu muito mais correta a ideia de que o Capitaloceno teria começado por volta de 1450, uns três séculos antes da emergência de sua etapa baseada nas energias fósseis. Dando clara preferência, portanto, à linha de pensamento do célebre historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) (Braudel, 1987 [c1985]; 1992), e dos seguidores do citado Wallerstein, entre os quais se destacou Giovanni Arrighi (1937-2009).

## 6. O debate sobre o Capitaloceno

Em 2016, tal debate esquentou bastante, com duas publicações notáveis. Por um lado, o livro *Facing the Anthropocene*, do ativista eco-marxista canadense Ian Angus, que contou com exímio prefácio do expoente desta corrente, John Bellamy Foster, professor de sociologia da universidade do Oregon e editor da *Monthly Review*. Por outro, a coletânea *Anthropocene or Capitalocene?*, organizada pelo próprio Jason W. Moore.

É bem ambígua, para dizer o mínimo, a obra de Ian Angus. Em curto capítulo da primeira metade, o autor sugere que faz sentido vincular o Antropoceno à "Grande Aceleração" (do pós-2ª Guerra Mundial), embora não deixe claro se concorda que o início da nova Época teria sido, mesmo, em meados do século passado. Depois, consagra toda a segunda metade ao enaltecimento da tese do "capitalismo fóssil", de Malm. Quase ignora a tese oposta, de Moore, cujo livro só mereceu curtíssima menção no apêndice.

Muito melhor é o "foreword" de Foster, que certamente deve ter percebido quão confusa havia sido a mensagem do autor. Consegue dar uma solução bem razoável para a oposição entre o crescente consenso científico sobre a imaturidade da nova Época e a alternativa de um Antropoceno mais antigo, correspondente ao desenvolvimento da economia fóssil.

Diz que, embora o conceito de Antropoceno só tenha surgido com a moderna concepção científica do Sistema Terra, tendo sua base física na "Grande Aceleração", ele teria sido predefinido ("*prefigured*") por noções anteriores, surgidas de pensadores preocupados com mudanças dramáticas na interface humano-ambiental, provocadas pela ascensão do capitalismo,

---

<sup>6</sup> «Mesmo para aqueles de esquerda que favorecem uma abordagem relacional de classe, um certo fetichismo dos combustíveis fósseis aparece; como quando Malm propõe o carvão como a faísca que acende a máquina do capital. 'Capital', nesta visão, forma-se independentemente da teia da vida e intervém na 'natureza' como uma força exógena (ou vice-versa), interferindo de várias maneiras, e interrompendo, um equilíbrio tradicional pré-estabelecido entre humanidade e natureza».

incluindo a Revolução Industrial, a colonização do mundo e a era dos combustíveis fósseis.

Para Foster, isto seria característico de muitos outros fenômenos históricos emergentes, refletindo a bem conhecida “dialética da continuidade e da descontinuidade”, enfatizada pelo filósofo marxista István Mészáros (Foster in Angus 2016, p. 10; Mészáros 2005). Além desta observação fundamental para os propósitos deste ensaio, mais recentemente, Foster passou a propor uma subdivisão do Antropoceno em idades (“ages”), batizando a primeira de “*Capitalian*” (Foster & Clark, 2021, Foster, 2022).

A mencionada coletânea de Moore também foi publicada em 2016, com o subtítulo “*Natureza, História e a Crise do Capitalismo*”, que está longe de corresponder ao conteúdo (Moore, 2016).

Desde a abertura dos agradecimentos, ele lembra do diálogo da primavera sueca de 2009, quando o doutorando Malm lhe disse para esquecer o Antropoceno, pois deveria ser chamado de Capitaloceno. Imediatamente confessa que, ao aquiescer, não dera muita atenção ao assunto. Afinal, parecia-lhe trivial a ideia de que o capitalismo é o “pivô da atual crise biosférica”.

Ao mesmo tempo, Moore também estava começando a repensar a sabedoria convencional dos estudos ambientais: estudar “o” meio ambiente e, portanto, estudar o contexto, as condições e as consequências ambientais das relações sociais. Notava que, geralmente, as próprias relações sociais estavam fora das preocupações centrais do campo.

Contrariado, perguntava-se: afinal, todas essas “relações sociais” já não estariam embutidas na teia da vida? Não foram o comércio mundial, o imperialismo, a estrutura de classes, as relações de gênero, ordens raciais – e muito mais – não apenas produtores de mudanças ambientais, mas também produtos da teia da vida?

Em algum alto nível de abstração, tal argumento foi amplamente aceito. Mas, em nível prático e analítico, tais ideias eram excessivamente marginais. Algo que teria mudado entre 2009 e 2016, quando a ideia de Capitaloceno, como um conjunto multiespécies, uma ecologia mundial de capital, poder e natureza, entrou na conversa global entre acadêmicos e um número crescente de ativistas.

Os diálogos daquela primavera sueca acabariam por dar origem ao que passou a ser chamado de perspectiva da “World-Ecology”, em que evoluem as desiguais relações de capital, poder e natureza, que padronizam o conjunto do mundo moderno. Como mencionado, tal linha de pesquisas teria surgido, então, no seio de um grupo especial de alunos de pós-graduação da Universidade de Lund, interessados em expandir os limites em que se pensa o espaço, a geografia e a natureza no capitalismo.

Não deixa de ser estranho, então, que nenhum sueco esteja entre os autores desta coletânea de Moore.<sup>7</sup> Em vez disto, o único participante, com obra relevante sobre o capitalismo, foi o saudoso Elmar Altvater (1939-2018). Mais: os principais capítulos, além de ecléticos, não poderiam ter sido mais distantes de um debate efetivo sobre o Capitaloceno. Ao fim das contas, a coletânea passou ao largo da divergência entre os materialistas suecos e Moore.

Na avaliação de Hornborg, predominaram, na coletânea, os raciocínios nebulosos e ininteligíveis da ciber-feminista Donna Haraway. É a ela que o próprio Moore recorre ao questionar o significado da energia fóssil. Para redefinir o capitalismo como sistema nem puramente econômico, nem puramente social, se serve da afirmação de Haraway de que o capitalismo deveria ser visto como um complexo historicamente determinado de metabolismos e montagens (Hornborg, 2019, p. 201).

Ao desafiar o que seria a “narrativa do capital fóssil”, com a tese braudeliana dos seis séculos de capitalismo, Moore também teria sido levado a apagar a indispensável distinção analítica entre o social e o natural. Formas pré-industriais de acumulação de capital teriam ocorrido por milênios, mas a decisiva descontinuidade histórica teria sido o aproveitamento, a partir do século XVIII, dos combustíveis fósseis como energia mecânica (Hornborg, 2019, p. 202).

Segundo Hornborg, a profunda conversão de Moore – mais explícita na coletânea que editou em 2016, do que em seu livro do ano anterior – o teria levado muito além de divergir sobre a história do capitalismo. Ele teria até passado a dissolver a fronteira analítica entre o social e o natural, ao aderir aos modismos propagados pela onda “tentacular” de Haraway, na qual se destacam Latour, Stengers e Tsing (Hornborg, 2019, p. 201).

Não é preciso reproduzir a avalanche de críticas de Hornborg ao que chama de “modismos” para notar que – entre 2014 e 2019 – houve um nítido deslocamento da discordância entre os principais proponentes do Capitaloceno.

O que começara como divergência sobre a definição do momento histórico de seu surgimento, passou a ser um embate de ordem filosófica. O que começara como um problema de interpretação histórica sobre a responsabilidade da acumulação capitalista pela degradação global do meio ambiente, passou a ser um choque entre uma das possíveis interpretações materialistas do problema e a emergência de uma nova variedade de idealismo.

---

<sup>7</sup> Os autores da coletânea foram: Elmar Altvater (1938-2018), então professor de ciência política da universidade livre de Berlim (GER); a socióloga da ciência Eileen Crist, da universidade Virginia-Tech (USA); a filósofa Donna Haraway, da universidade da Califórnia-Santa Cruz (USA); Daniel Hartley, professor assistente (*lecturer*) de literatura e cultura anglo-americana na universidade de Giessen (GER); Justin McBrien, então doutorando em história ambiental na universidade da Virginia (USA); e o sociólogo Christian Parenti, professor do programa “Global Liberal Studies”, da universidade de Nova York (USA).

## 7. O que é capitalismo?

Existem inúmeras maneiras de definir o capitalismo e outras tantas de periodizá-lo. Para vislumbrar a possibilidade de alguma padronização, o melhor é ter como referência as saídas encontradas – não por este ou aquele pesquisador – mas por algum conjunto respeitável de historiadores, com base nas mais importantes contribuições anteriores.

Por tal critério, as mais antigas origens do capitalismo remontariam à civilização babilônica, há uns quatro milênios. Contudo, sua etapa mais sistêmica, ou moderna, só teria começado a se disseminar a partir de 1848, gerando o que passou a ser chamado de “variedades de capitalismo”. Nenhuma delas se mostra sustentável e há imensa resistência a uma efetiva globalização. Este é o resumo do estado da arte, convencionado em 2014, após dez anos de trabalho de incomparável equipe de pesquisadores, nas mil páginas da mais venerável história do capitalismo, a de Cambridge (Neal & Williamson, 2014; 2014a).

Porém, a depender do entendimento que se tenha de algumas palavras-chave – como *propriedade*, *troca/intercâmbio* e *capital* - o mais provável é que tal consenso de Cambridge seja repudiado. Com certeza é o que aconteceria se fosse possível sondar pensadores como Karl Marx, Max Weber, Joseph A. Schumpeter, John Maynard Keynes e Friedrich Hayek. Ou se tal consenso fosse examinado por exímios analistas contemporâneos, como, por exemplo, Deirdre McCloskey, Douglas North, Geoffrey M. Hodgson, Thomas Piketty, Joseph Stiglitz, François Chesnais, David Harvey ou Niall Ferguson.

As obras destas duas heteróclitas listas de autores são suficientes para que se possa afirmar, com muita certeza, que não existe chance de formação de consenso sobre o capitalismo, em termos conceituais. O que também impede qualquer entendimento comum sobre a datação de seu início.

Então, mesmo que pareça muito forte a identificação de uma clivagem a partir da industrialização (baseada, desde o início, em combustíveis fósseis), não há como excluir qualquer das outras ideias sobre o capitalismo pré-industrial.

Só que o consenso científico sobre o Antropoceno vem apontando para um estágio bem mais avançado do capitalismo, pois não foi desde o início da economia fóssil que seus estragos ecológicos teriam adquirido escala suficiente para torná-lo o principal vetor biogeofísico. O que passou a ser indiscutível a partir de meados do século XX, com a “Grande Aceleração”.

Neste sentido, para os proponentes do Capitaloceno, a melhor solução é assumir a evocada dialética da continuidade/descontinuidade e adotar a periodização em três etapas, conforme a também citada formulação de David Christian (2018). Ou seja, início da primeira em meados do século XIX (1848),

quando as tecnologias baseadas nos combustíveis fósseis passaram a transformar o mundo. Não demorou para que as primeiras potências, movidas a combustíveis fósseis, se voltassem umas contra as outras, o que acabou por tornar extremamente violenta a segunda etapa, entre 1914 e 1945. Bem diferente da terceira, quando houve o mais notável surto de crescimento econômico da história da humanidade. Passaram a ser mobilizados energia e recursos naturais em escala, tão sem precedentes, que todos os ciclos biogeofísicos foram subvertidos.

Porém, na comparação cronológica sobre o Antropoceno e o Capitaloceno, também podem ser muito importantes as possíveis especulações sobre seus respectivos términos. É bem plausível a hipótese de que o fim do capitalismo seja anterior ao do Antropoceno.

Por conseguinte, para discutir o capitalismo, interessa muito examinar como andam as reflexões sobre sua provável superação por outro "sistema", "ordem", "modo", "modelo" ou "formação". Pois não existe qualquer razão para se supor que tal fenômeno histórico possa ser eterno.

Foram bem mais numerosos do que se imagina, os pesquisadores das ciências sociais que previram o fim do capitalismo. Em grande maioria, também torciam para que a virada chegasse o quanto antes. Contudo, vários simpatizantes de tal "sistema socioeconômico" também se empenharam em explicar por que descartavam a hipótese de imortalidade.

Entre os primeiros, é óbvio que estão Marx e grande parte de seus seguidores, entre os quais, hoje, se destacam Wolfgang Streeck, John Bellamy Foster e Slavoj Žižek. Mas, também, escreveram sobre o término do capitalismo, teóricos de outra estirpe, como John Stuart Mill, Max Weber, John Maynard Keynes e Joseph Schumpeter. Ou mesmo Daniel Bell, Peter Drucker e Jeremy Rifkin.

Tentar entender a longevidade e as variedades deste regime é mais profícuo, que especular sobre a eventual transição para outra ordem, formação social, ou modo de produção. O que sugere excelente pergunta de pesquisa: será que os erros das muitas profecias não poderiam contribuir para a identificação dos mais fortes trunfos sistêmicos do capitalismo?

## **8. Fim do Capitalismo?**

Foi a aposta do historiador Francesco Boldizonni, ao longo dos quinze anos de sua formação acadêmica, da universidade de Milão (Bocconi) à de Cambridge. O resultado está no livro *Foretelling the End of Capitalism: Intellectual Misadventures since Karl Marx* (2020).

O título não esclarece a principal ambição: descobrir os atributos que poderiam explicar a resiliência do capitalismo, com base em escrutínio das

predições contrárias. Balanço crítico precedido por admirável descrição analítica das profecias que pulularam desde 1848, quando a própria expressão 'capitalismo' foi criada pelo revolucionário francês Louis Blanc (1811-1882).

Panorama bem organizado, em quatro capítulos que separam: incipientes antevisões apocalípticas; renovações no intervalo entre as duas grandes guerras mundiais; mudanças durante a súbita e curta "era de ouro"; e guinadas nestas décadas de "fim da história".

É até difícil dizer se o melhor está em tão saborosa inspeção histórica das conjecturas dos que se aventuraram a vaticinar, ou no subsequente ousado exercício de procurar dela extrair alguma luz sobre as razões da própria robustez do sistema. Porém, a decorrente hipótese sobre os porquês de tanto vigor não fica à altura das duas proezas da obra.

A minuciosa revisão de Boldizzoni levou-o a atribuir a pujança do capitalismo à combinação entre "hierarquia" e "individualismo". A estrutura hierárquica da sociedade capitalista estaria mantendo a lógica de dominação que caracterizou as relações sociais na Antiguidade e sob o sistema feudal. Ao mesmo tempo, o individualismo (relações humanas mais apoiadas em contrato do que em laços de solidariedade) seria a forma particular assumida – em sua variante ocidental – por longo processo que começou no início do período moderno.

Todavia, mesmo que fundamental, não parece ser a dobradinha entre hierarquia e individualismo o que mais diferenciou o capitalismo de todas as formações sociais anteriores – não só na mencionada sequência escravista-feudal, de quase toda a Europa, mas nas muitas outras. Bem superior tem sido sua fenomenal capacidade de gerar, com inédita rapidez, inovações sinérgicas, articuladoras de tecnologias e instituições.

A combinação cultural apontada por Boldizzoni está longe de dar conta das mudanças de arranjos evolutivos complexos, engendradas em quase dois séculos. Foram e têm sido tantas estas macromutações, que é difícil listá-las. Vão da máquina ao conhecimento, dos lucros aos dividendos, do tangível ao intangível, do custo proporcional ao custo marginal zero, ou do nacional ao global.

O provocador livro *Pós-capitalismo: Um guia para o nosso futuro*, do brilhante jornalista britânico Paul Mason, é um plano para acelerar a transição que já estaria sendo impulsionada pela tecnologia da informação. Esta, «longe de criar uma forma nova e estável de capitalismo, está dissolvendo-o» (2015, p.177).

A pergunta que não pode ser evitada é sobre a importância relativa dos desdobramentos biogeofísicos de todas estas mudanças. O conhecimento científico avançou o suficiente para que tenha se tornado obrigatório discutir o advento do Antropoceno, posterior aos últimos onze milênios do Holoceno.

Será que, nesta nova época, emergirão – a tempo – as inovações institucionais e tecnológicas capazes de regenerar a biodiversidade, terrestre e oceânica, que começaria pela descarbonização das sociedades? Se sim, o quanto e como alterarão o insigne fôlego de sete gatos do capitalismo?

Os mais preocupados com tais perguntas costumam insistir na ideia de que, a rigor, estaria em curso uma grave crise de ordem “civilizatória”, muito mais abrangente e historicamente decisiva que o porvir do capitalismo. É uma ideia bem frequente entre os que estudam a degradação ecossistêmica, notadamente o aquecimento global e o desafio da descarbonização.

## 9. Civilização

Sobre o processo civilizador, é impossível encontrar mais otimismo do que na prosa do psicólogo cognitivo Steve Pinker, em três calhamaços, de 2011, 2018 e 2021. Considera irracional qualquer preocupação com riscos existenciais, desqualificando liminarmente quem leve a sério os temores expostos, por exemplo, pelo físico Martin Rees (2003, 2021) ou pelo filósofo Nick Bostrom (2014).

Segundo ele, fazem parte do contra-iluminismo as atuais preocupações com riscos existenciais de caráter ambiental. Chega a dizer que, em tal onda, os interesses humanos estariam sendo subordinados a uma entidade transcendente, chamada ecossistema. Com a ressalva de que os pragmáticos adeptos do Manifesto Ecomodernista seriam os únicos ambientalistas humanísticos e iluministas, pois fundamentados em otimismo, em vez de decadentismo romântico.

Muitos atribuem tamanho panglossianismo de Pinker a seu viés liberal-conservador. Porém, um dos principais expoentes desta vertente do liberalismo, o historiador Niall Ferguson, não poderia ter sido mais cético, em suas quatro obras do mesmo período (2011, 2012, 2017, 2021).

Ferguson descreve, de forma bem persuasiva, como estaria se dando “a grande degeneração” do Ocidente. E repetindo, *ad nauseam*, a previsão de abrupto colapso por conta da reinante “pusilanimidade”. Bem pior, segundo ele, do que riscos de guerra nuclear, graves pandemias ou degelo das calotas polares.

Então, o viés de Pinker parece mais bem explicado por sua exorbitante primazia à dimensão psicológica da aventura humana. Só enxerga um uso cada vez maior da razão, da inteligência e da engenhosidade, combinados a cada vez mais altruísmo e empatia.

Tudo muito bonito, mas incompatível com o grande avanço investigativo dos historiadores contemporâneos, ao rechaçarem a propensão à linearidade teleológica, denominada “historicismo filosófico”, bem comum até o século XX.

Hoje abominam a ideia de que os eventos possam estar destinados a se desdobrar em conhecida trajetória. Ao contrário, muitas tendências operam ao mesmo tempo, permitindo concomitância de progresso, regressão e estase.

É este o recado de dezessete professores de história, das melhores universidades do mundo, na coletânea *Darker Angels of Our Nature – Refuting the Pinker theory of history and violence* (Bloomsbury, 2022). Seus organizadores – Philip Dwyer e Mark S. Micale – rejeitam o pressuposto unívoco de que a história caminhe no sentido do progresso. Algo bem presente no que seria seu principal álibi teórico: o “processo civilizador” de Norbert Elias (1897-1990) (v. Elias, 1990, 1993).

Afirmam que a euforia de Pinker é incompatível com o tumulto do mundo, destacando as desigualdades na saúde, desastres naturais decorrentes da mudança climática, corrupção governamental, poluição urbana mortal e desmatamento acelerado.

Felizmente, também há quem seja tão otimista quanto Pinker, mas sem negar a importância dos riscos existenciais. Bom exemplo está no prolífico futurólogo Jeremy Rifkin (2009, 2011, 2014, 2019). Chega a prever a derrocada da “civilização dos combustíveis fósseis”, por volta de 2028, seguida de calamitoso período que duraria somente um decênio, atingindo, indistintamente, os três grandes blocos geopolíticos liderados por Estados Unidos, União Europeia e China.

Visão similar é a do grande analista tcheco-canadense Vaclav Smil (2021), mesmo que evite predizer quais seriam as datas de eventual passagem a uma civilização que opere dentro dos limites biosféricos. Considera que tal época já começou, malgrado tantas inexplicáveis procrastinações.

Também sem fazer prognósticos, quem mais enfaticamente defende a tese de que “só existe uma civilização no mundo” é o historiador Yuval Noah Harari, na sexta de suas 21 lições para o século 21. Afirmar que as poucas civilizações remanescentes têm se mesclado numa única civilização global. Por isto, os três grandes desafios deste século - mudança climática, inteligência artificial e biotecnologias – serão igualmente globais. Nesse sentido afirma:

As pessoas ainda têm religiões e identidades nacionais diferentes. Mas, quando se trata de coisas práticas – como construir um Estado, uma economia, um hospital ou uma bomba – quase todos nós pertencemos à mesma civilização (Harari, 2018, pp. 131, 141).

Também, em posição diametralmente oposta à de Ferguson, Harari dá altíssima importância ao drama ecossistêmico. Diz que, além da guerra nuclear, nas próximas décadas o gênero humano vai enfrentar uma nova ameaça existencial: o colapso ecológico. A seguinte passagem atesta-o:

Os humanos estão desestabilizando a biosfera global em múltiplas frentes. Estamos extraíndo cada vez mais recursos do meio ambiente e nele despejando quantidades enormes de lixo e veneno, mudando a

composição do solo, da água e da atmosfera". "A ameaça maior é a mudança climática. (...) Mesmo que a civilização se adapte posteriormente às novas condições, quem sabe quantas vítimas perecerão no processo de adaptação? (Harari, 2018, pp. 151-2).

Sobre esta ideia de a civilização ser, hoje, global – em vez de separar a Ocidental e "o Resto", como faz Ferguson – é hesitante a mais destacada autoridade em colapsos de sociedades motivados por razões ambientais: Jared Diamond.

Nos preciosos estudos de caso que publicou, desde best-seller, de 1997 – *Armas, Germes e Aço* – mostrou-se propenso a principalmente valorizar civilizações não-ocidentais, tentando mostrar "o que podemos aprender com as sociedades tradicionais", tema central do livro de 2012: *O mundo Até Ontem*. Porém, a parte final do livro de 2019 – *Reviravolta* – tenta responder à seguinte pergunta: o que mais ameaça a existência da civilização em nível global?

Responde com quatro conjuntos de problemas em ordem decrescente de importância: explosões de armas nucleares, mudança climática, depleção de recursos naturais e desigualdades dos padrões de vida. Sem deixar de dizer que outras pessoas acrescentariam quatro outros a esta lista: fundamentalismo islâmico, emergentes doenças infecciosas, colisão de asteroide e extinções biológicas em massa (Diamond, 2019, capítulo 11).

O que parece certeza a este punhado de admiráveis analistas (Diamond, Ferguson, Harari, Rifkin e Smil) é a subjacente ideia de que a civilização está, sim, em crise, mesmo que nem todos sejam claros sobre qual civilização (global ou ocidental) e que um deles – Ferguson – atribua menos importância às razões ambientais da crise.

Porém, há um outro autor, bem menos conhecido, cuja contribuição vai muito além e em outra direção: o antropólogo Joe Henrich, atual chefe do departamento de biologia evolucionária humana de Harvard, depois de ter sido, por muito tempo, professor de economia e psicologia no Canadá.

Para Henrich, o processo civilizador foi impulsionado por vetores psicológicos e institucionais que não deveriam ser tão subestimados pelos que lidam com as Humanidades. Seu mais recente livro – *The WEIRDest people in the world - How the West became psychologically peculiar and particularly prosperous* (2020) – abala muitas das atuais certezas sobre a marcha do que se entende por prosperidade.

O subtítulo sintetiza muito melhor o admirável conteúdo do livro: uma nova luz sobre a formação histórica do Ocidente. Por sua vez, o chamativo, mas intraduzível, título, se vale de anedótico trocadilho para enfatizar o que deve ser visto como uma das resultantes mais bizarras da história mundial.

O termo inglês para “estranho”, ou “esquisito” - *weird* – permitiu a invenção da sigla W.E.I.R.D. com as primeiras letras das palavras “Oeste”, “educado”, “industrializado”, “rico” e “democrático”.

Muito úteis, então, para ressaltar a excentricidade dos cidadãos das atuais sociedades mais democráticas, mais educadas, mais industrializadas e mais ricas, em comparação aos indivíduos que pertencem aos inúmeros agrupamentos humanos não-ocidentalizados. São dos mais chocantes os contrastes comportamentais e cerebrais.

Todavia, tal comparação estática entre extremos não está à altura das elucidativas descrições analíticas de Henrich sobre os impactos de duas decisivas mudanças para a evolução social dos “weirdest”. No âmbito institucional, os incessantes regramentos – entre os séculos V e XII – geradores do modelo de família hoje predominante no Ocidente. No psicológico, o incomensurável e revolucionário impacto da leitura, só coletivizada nos últimos quinhentos anos.

De 400 a 1200 d.C., entre as muitas populações tradicionais da Europa, instituições fortemente baseadas no parentesco foram paulatinamente degradadas, desmanteladas, e finalmente demolidas pelo ramo da cristandade que criou a Igreja Católica Romana. Sobre as ruínas de tradicionais estruturas sociais, formaram-se novas associações voluntárias baseadas em interesses e crenças partilhadas, em vez de afiliações tribais e de parentesco. Com destaque para a progressiva derrota do sentimento de vergonha pelo de culpa. A gestação europeia do mundo moderno começou com a gradual criação de núcleos familiares monogâmicos e independentes.

Foi bem mais tardia a centelha inovadora necessária à generalização da leitura. Só brotou com a Reforma Protestante, a partir da obrigação de leitura da Bíblia imposta pela cisão aberta por Martinho Lutero, em 1517. Aos poucos, o cérebro humano foi radicalmente renovado por sete fortes alterações neurológicas, entre as quais a turbinagem do canal de conexão entre os dois hemisférios, o chamado “corpo caloso”.

Henrich procura mostrar como a evolução cultural, na esteira da crescente urbanização, também expandiu o cérebro coletivo da cristandade e alterou a mente das pessoas, catalisou inovações, reduziu a fertilidade e impulsionou o crescimento econômico. Tais mudanças abriram gradualmente o fluxo de ideias, crenças, práticas e técnicas em uma extensa rede de mentes interconectadas e motivadas a produzir novos insights e desafiar velhas suposições. Isto ocorreu graças à alfabetização, à proliferação de sociedades científicas e ao alastramento de artesãos, acadêmicos e mercadores pelas cidades e vilas europeias. Este cérebro coletivo em expansão gerou o Iluminismo, promoveu a Revolução Industrial e continua a impulsionar a prosperidade.

No plano teórico, a grande contribuição de Henrich está no esclarecimento da relação entre as dimensões culturais e biológicas da evolução

humana. Partindo originalmente da hipótese da "coevolução gene-cultura", ele avançou para uma abordagem bem longínqua do ainda predominante equívoco de enxergar tão somente a dimensão genética da hereditariedade, ignorando-se as contribuições evolucionárias da epigenética, dos comportamentos entre todos os animais, e também dos símbolos entre os humanos.

## 10. À guisa de conclusão.

Nem todos os problemas ligados à relação das Humanidades com o Antropoceno chegaram a ser mencionados nos nove tópicos anteriores. Basta dizer que a ideia básica sobre a "Grande Aceleração", que definiu a nova Época, também exigiria análise sobre as possibilidades de se promover seu contrário – uma forte desaceleração. Algo bem difícil de se imaginar, como deixou claro o ligeiro abrandamento provocado pela pandemia do vírus Covid-19, apelidado de "antropopausa". De resto, uma oposição que também exigiria reflexão filosófica sobre a própria ideia de "aceleração da história", como propõe Christophe Bouton (2022).

Ao mesmo tempo, o mais recorrente problema deste ensaio incidiu sobre as relações entre história natural e história humana. Mais precisamente, sobre o choque entre a necessária superação da velha concepção de natureza – ou do "naturalismo", segundo Descola – e a ainda indispensável distinção analítica entre o natural e o social, tão enfatizada por Hornborg. O dito "dilema", da introdução.

É claro que tal problema remete à quinta-essência da dialética. Porém, este é um tema dos mais arriscados. Afinal, há muito deixou de ser razoável referir-se à dialética, no singular. Nem tanto por se tratar de ideia que mudou da água para o vinho, ao longo de 2.500 anos. Muito mais devido à proliferação, nos dois últimos séculos, de inúmeras modalidades, versões e interpretações. Pior, engendrando discussões filosóficas tão babélicas, que até grandes pensadores optaram por considerá-la discurso inválido e ilegítimo.

Porém, existem poucas noções tão relevantes no âmbito do que se pode entender por "lógicas". Por mais que tenha sofrido forte erosão – imposta, principalmente, por soviéticos, maoístas e simpatizantes – o que sobrou permanece essencial, para diversas áreas do conhecimento. Basta uma busca no Google para que salte aos olhos que o núcleo duro e força propulsora dos movimentos dialéticos é a "contradição", ideia que alguns poucos preferiram chamar de "tensão". Isto é, que contrários podem se nutrir um do outro, completando-se enquanto se opõem.

Qual poderia ser um bom exemplo? No âmbito deste ensaio, antes de tudo, o da relação entre continuidade e descontinuidade. São coisas aparentemente incompatíveis, mas é muito raro (se houver) algum fenômeno

dinâmico em que não sejam simultâneas. Em geral, não há como entender movimentos e suas transições, supondo-se que “isto não pode ser aquilo”. Quase sempre, só se pode entendê-los por preferência ao “também”, ao “ao mesmo tempo” ou ao “do mesmo modo”.

Esta questão é das mais decisivas para a compreensão das principais dinâmicas históricas da Terra. O mais comum é considerar que elas sejam três: a inorgânica (físico-química), a da vida (biológica) e a humana (cultural). Não tem cabimento a ideia de que sejam três compartimentos estanques, sem transições, com suas continuidades e descontinuidades. Porém, há quem troque tais dialéticas pelo obscuro fetiche da “transcendência”, ao se referir à passagem de uma dinâmica à seguinte.

Também é discutível a visão de que só sejam três as grandes dinâmicas históricas da Terra. Principalmente, porque o “processo civilizador” é tão diferente da “natureza humana”, quanto a biologia é da física ou a cultura, da biologia. Então, mesmo que a melhor teoria sobre a evolução tenha sido proposta para a segunda dinâmica – a da vida – talvez também possa ser verdadeira, mesmo que de outras maneiras, para a dinâmica precedente (inorgânica) e para as subsequentes (natureza humana e processo civilizador).

Desde o fim do século 19, houve quem admitisse tal hipótese. Mas foi só a partir dos anos 1980, que surgiu um movimento intitulado “darwinismo universal”, propagado pelo website “Universal Darwinism” (<https://www.universaldarwinism.com>). Um grande exagero, com certeza, pois a teoria darwiniana só é cabível para fenômenos que sejam amplamente diversos, múltiplos e coletivos. Por isto, a melhor alternativa tem sido a proposta, mais modesta, de um “darwinismo generalizado”. Neste caso, a melhor referência é a obra do economista britânico Geoffrey Hodgson (2010, com T. Knudsen; 2015).

O que foi dito acima não esgota os desentendimentos sobre as dialéticas. Também há, por exemplo, uma espécie de vício em se deixar de lado, ou simplesmente ignorar, os dois tipos de contradições não antagônicas, em que os opostos se reproduzem em movimentos que podem ser ondulatórios ou embrionários. Além disto, continuam na moda os filósofos que rejeitaram a ideia de que alguma contradição (ou tensão) possa existir fora da mente humana. O que escandaliza muitos cientistas, especialmente os que se voltaram à “Ciência da Complexidade”, ótimo tema para outro ensaio.

## **Referências**

Angus, I. (2016) *Facing the Anthropocene: fossil capitalism and the crisis of the Earth system*. Monthly Review Press.

- Bauer, A. M., Edgeworth, M. Edwards, L. E., Ellis, E., Gibbard, P. & Merritts, D. (2021). Anthropocene: event or epoch? *Nature* 597: 332. <https://doi.org/10.1038/d41586-021-02448-z>
- Beau, R. & Larrère, C. (2018). *Penser l'Anthropocène*. Presses de Sciences Po.
- Beck, U. (2009). *World at Risk*. Polity Press.
- Boldizzoni, F. (2020). *Foretelling the End of Capitalism: Intellectual Misadventures since Karl Marx*. Harvard University Press.
- Bonneuil, C. & Fressoz, J.-B. (2016). *L'Événement Anthropocène – La Terre, l'histoire et nous*. (2<sup>a</sup> ed.; 2013<sup>1</sup>). Seuil.
- Bonneuil, C. & Fressoz, J.-B. (2016a). *The Shock of the Anthropocene: the Earth, history and us*. Trad.: David Fernbach. Ed. Verso [tradução da 2<sup>a</sup> edição francesa – revisada e ampliada – de maio de 2016].
- Bostrom, N. (2014). *Superintelligence: Paths, dangers, strategies*. Oxford Univ. Press. [Trad. portuguesa: *Superinteligência – Caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo*. Trad.: Clemente Penna e Patrícia Jeremias. DarkSide Books, 2018]
- Bouton, C. (2022). *L'Accélération de l'Histoire – Des Lumières à l'Anthropocène*. Paris : Seuil.
- Braudel, F. (1992). *Civilization and Capitalism, 15th-18th Century* (3 vols.) University of California Press.
- Braudel, F. (1987) [c1985]. *A Dinâmica do Capitalismo*. Trad.: Álvaro Cabral. Ed. Rocco.
- Braun, B. (2015). From critique to experiment? Rethinking Political Ecology for the Anthropocene. In: Tom Perreault, Gavin Bridge & James McCarthy (eds.) *The Routledge Handbook of Political Ecology* (pp. 102-114). Routledge.
- Chakrabarty, D. (2009). The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, 35(2), pp. 197-222.

- Christian, D. (2018). *Origin Story: A Big History of Everything*. Little Brown Spark. [Trad. portuguesa: *Origens: Uma Grande História de Tudo*. Tradução de Pedro Maia Soares. Companhia Das Letras, 2019]
- Clark, N. & Szerszynski, B. (2021). *Planetary Social Thought – The Anthropocene Challenge to the Social Sciences*. Cambridge: Polity.
- de la Cadena, M. e Blaser, M (2018). *A World of Many Worlds*. Duke University Press.
- de Vries, G. (2016). *Bruno Latour*. Polity Press. [Trad. Francesa: *Bruno Latour: une introduction*. Trad.: F. Courtois-l'Heureux. Ed. La Découverte, 2018]
- Descola, P. (2011). *L'Écologie des autres: l'anthropologie et la question de la nature*. Ed. Quae.
- Descola, P. (2005). *Par-delà Nature et Culture*. Gallimard. [Trad. inglesa: *Beyond Nature and Culture*. Trad.: Janet Loyd. University of Chicago Press, 2013]
- Diamond, J. (2019). *Upheaval: Turning points for nations in crisis*. Hachette. [Trad. portuguesa: *Reviravolta: Como indivíduos e nações se recuperam das crises*. Trad.: Alessandra Bonruquer. Record, 2019]
- Diamond, J. (2012). *The World Until Yesterday – What can we learn from traditional societies?* Viking. [Trad. portuguesa: *O Mundo Até Ontem – O que podemos aprender com as sociedades tradicionais?* Trad.: Maria Lúcia de Oliveira. Record, 2014]
- Diamond, J. (1997). *Guns, Germs and Steel – The fates of human societies*. W. W. Norton. [Trad. portuguesa: *Armas, Germes e Aço – Os destinos das sociedades humanas*. Trad.: Sílvia Souza, Cynthia Cortes e Paulo Soares. 4ª. Edição. Record, 2003]
- Dwyer, P. & Micale, M. (eds). (2022). *Darker Angels of Our Nature – Refuting the Pinker theory of history and violence*. Bloomsbury.
- Elias, N. (1990). *O Processo Civilizador* (Volume I). Trad.: Ruy Jungmann Zahar. [Original: *Über den Prozess der Zivilisation*, vol.I, Haus zum Falken, 1939]
- Elias, N. (1993). *O Processo Civilizador* (Volume II). Trad.: Ruy Jungmann. Zahar. [Original: *Über den Prozess der Zivilisation*, vol.I, Haus zum Falken, 1939]

- Ferguson, N. (2021). *Doom – The Politics of Catastrophe*. Penguin Press.
- Ferguson, N. (2017). *The Square and the Tower: networks, hierarchies and the struggle for global power*. Allen Lane. [Trad. portuguesa: *A Praça e a Torre: redes, hierarquia e a luta pelo poder global*. Trad.: Angela Tescheiner e Gavin Adams. Planeta, 2018]
- Ferguson, N. (2012). *The Great Degeneration – How institutions decay and economies die*. Penguin Press. [Trad. portuguesa: *A Grande Degeneração – A decadência do mundo ocidental*. Trad.: Janaína Marcoantonio. Planeta, 2013]
- Ferguson, N. (2011). *Civilization: The West and the Rest*. Penguin. [Trad. portuguesa: *Civilização: Ocidente X Oriente*. Trad.: Janaína Marcoantonio. Planeta, 2012]
- Foster, J. B. (2022). The Return of the Dialectics of Nature – The Struggle for Freedom as Necessity. *Historical Materialism*, 30(2), pp. 1-26.
- Foster, J. B. & Clark, B. (2021). The Capitalinian: The First Geological Age of the Anthropocene, *Monthly Review*, 73(4), pp. 1–16.
- Gibbard, P., Walker, M., BAUER, A., Edgeworth, M., Edwards, L.; Ellis, E., Finney, S., Gill, J., maslin, M. Merritts, D. & Ruddiman, W. (2022). The Anthropocene as an Event, not an Epoch. *Journal of Quaternary Science*, 37, pp. 1-5. 10.1002/jqs.3416.
- Gibbard P., Bauer, A., Edgeworth, M., Ruddiman, W., Gill J., Merritts, D., Finney, S., Edwards, L., Walker, M., Maslin, M. & Ellis, E. (2021). A practical solution: the Anthropocene is a geological event, not a formal epoch. *Episodes*, November 15. <https://doi.org/10.18814/epiiugs/2021/021029>
- Greene, B. (2020). *Until the end of time: mind, matter, and our search for meaning in an evolving universe*. NY: Alfred A. Knopf. [Trad. portuguesa: *Até o fim do tempo: mente, matéria e nossa busca por sentido num universo em evolução*. Tradução Renato Marques. Companhia Das Letras, 2021]
- Hamilton, C., Bonneuil, C. & Gemenne, F. (orgs). (2015). *The Anthropocene and the global environmental crisis – Rethinking modernity in a new epoch*. Routledge.
- Harari, Y. N. (2018). *21 lições para o século 21*. Trad.: Paulo Geiger. Companhia das Letras.

- Haraway, D. J. (2016a). *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Haraway, D. J. (2016). Staying with the trouble: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene". In: Jason Moore (ed.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism* (pp. 34-76). PM Press, 2016.
- Henrich, J. (2020). *The WEIRDest people in the world - How the West became psychologically peculiar and particularly prosperous*. Farrar, Straus and Giroux.
- Hodgson, G. M. (2015). *Conceptualizing capitalism: institutions, evolution, future*. University of Chicago Press.
- Hodgson, G. M. & Knudsen, T. (2010). *Darwin's Conjecture*. University of Chicago.
- Hornborg, A. (2019). *Nature, Society, and Justice in the Anthropocene: unraveling the money-exchange-technology complex*. Cambridge University Press.
- Hornborg, A. (2016). *Global Magic: technologies of appropriation from Ancient Rome to Wall Street*. Palgrave/Macmillan.
- Hornborg, A. (2015). The political ecology of the Technocene; uncovering ecologically unequal exchange in the world system". In: Clive Hamilton, Christophe Bonneuil & François Gemenne (orgs), *The Anthropocene and the global environmental crisis – Rethinking modernity in a new epoch* (pp. 57-69). Routledge.
- Hornborg, A., McNeill, J. R. & Martinez-Alier, J. (eds). (2007). *Rethinking Environmental History: World-System History and Global Environmental Change*. AltaMira Press.
- Hornborg, A. & Crumley, C. (eds). (2006). *The World-System and the Earth-System: global socioenvironmental change and sustainability since the Neolithic*. Left Coast Press.
- Latour, B. (2020) *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Trad.: Maryalua Meyer. Ubu e Ateliê de Humanidades. [Original: *Face à Gaia: huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Éditions La Découverte, 2015; trad. Inglesa: *Facing Gaia: eight lectures on the new climate regime*. Polity, 2017]

- Leff, H. (2021). *Political Ecology – Deconstructing Capital and Territorializing Life*. Palgrave Macmillan.
- Malm, A. (2015). *Fossil Capitalism – The rise of steam power and the roots of global warming*. Verso.
- Malm, A. & Hornborg, A. (2014). The Geology of Mankind? A critique of the Anthropocene narrative. *The Anthropocene Review*, 1(1), pp. 62-69.
- McNeill, J. R. & Engelke, P. (2014). *The Great Acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945*. Harvard U. P.
- Mason, P. (2015). *Pós-capitalismo: Um guia para o nosso futuro*. Trad.: José Geraldo Couto. Companhia Das Letras.
- Mészáros, I. (2005). *The Power of Ideology*. ZED Books.
- Moore, J. W. (ed.) (2016). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. PM Press.
- Moore, J. W. (2015). *Capitalism in the web of life – Ecology and the accumulation of capital*. Verso.
- Neal, L. & Williamson, J. G. (eds). (2014). *The Cambridge History of Capitalism. Volume I – The Rise of Capitalism: from Ancient Origins to 1848*. Cambridge University Press.
- Neal, L. & Williamson, J. G. (eds). (2014a) *The Cambridge History of Capitalism. Volume II – The Spread of Capitalism: from 1848 to the present*. Cambridge University Press.
- Perreault, T., Bridge, G. & McCarthy, J. (eds.) (2015). *The Routledge Handbook of Political Ecology*. Routledge.
- Pinker, S. (2021). *Rationality: What it is, why it seems scarce, why it matters*. Viking.
- Pinker, S. (2018). *Enlightenment Now – The case for reason, science, humanism and progress*. Viking. [Trad. portuguesa: *O Novo Iluminismo – Em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. Trad.: Laura Motta e Pedro Soares. Companhia Das Letras, 2018]

- Pinker, S. (2011). *The Better Angels of Our Nature – Why violence has declined*. Viking. [Trad. portuguesa: *Os Anjos Bons da Nossa Natureza – Por que a violência diminuiu*. Trad.: Laura Motta. Companhia Das Letras, 2011]
- Rees, M. (2021). *On The Future: Prospects for humanity*. Princeton University Press. [Trad. portuguesa: *Sobre O Futuro: Perspectivas para a Humanidade*. Trad.: Vinicius Rocha. Alta Books, 2021]
- Rees, M. (2004) *Our Final Hour - A Scientist's Warning*. Basic Books. [Trad. portuguesa: *Hora Final - Alerta de Cientista*. Trad.: Maria Guimarães. Companhia Das Letras, 2005]
- Rifkin, J. (2019). *The Green New Deal – Why the fossil fuel civilization will collapse by 2018 and the bold economic plan to save life on Earth*. St. Martin's Press.
- Rifkin, J. (2014). *The Zero Marginal Cost Society – The internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*. Palgrave-Macmillan.
- Rifkin, J. (2011). *The Third Industrial Revolution – How lateral power is transforming energy, the economy, and the world*. Palgrave-Macmillan.
- Rifkin, J. (2009). *The Empathic Civilization – The race to global consciousness in a world in crisis*. Penguin.
- Roberts, J. (2020). Political ecology. In: Felix Stein (ed.), *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. Online: <http://doi.org/10.29164/20polieco>
- Robin, L. & Steffen, W. (2007). History for the Anthropocene. *History Compass* 5/5: pp. 1694–1719.
- Sachs, J. (2008). *A Riqueza de Todos - A construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Trad.: Sérgio Lamarão. Nova Fronteira. [Original: *Common Wealth Economics for a Crowded Planet*. Penguin, 2008]
- Smil, V. (2021). *Grand Transitions: How the modern world was made*. Oxford U. P.
- Snow, C.P. (1959). *The two cultures* (com segunda leitura, de 1963 e introdução de Stefan Collini). Cambridge University Press, 1998 (21ª impressão: 2017). [trad. portuguesa: *As duas culturas e uma segunda leitura*. (Apresentação de Miriam Krasilchik). Trad.: Geraldo Souza e Renato Neto. Edusp, 1995 (reimpressão em 2015)]

Thomas, J. A. (2014). History and Biology in the Anthropocene: problems of scale, problems of value. *The American Historical Review*, 119(5), pp. 1587-1607.

Tsing, A. L. (2015). *The Mushroom at the End of the World – On the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton University Press.

Veiga, J. E. da (2019). *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra*. Editora 34.

Villalba, B. (2022). *L'Écologie Politique em France*. Paris : La Découverte.